

Rompendo o silêncio: narrativas orais
sobre a intervenção militar na Estrada de Ferro
Central do Piauí (1964)

Cláudia Cristina da Silva Fontineles*
Maria Dalva Fontenele Cerqueira**

*“A história é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue*

*É trem riscando trilhos
Abrindo novos espaços
Acenando muitos braços
Balançando nossos filhos”*
(Chico Buarque/Pablo Milanes)

* Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Departamento de História. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (UFPI). Membro do grupo de pesquisa Cidade, Tempo e Espaço e do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED). E-mail: cfontinelles@gmail.com.

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista do Programa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora da educação básica de ensino da rede estadual do Piauí. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação (NUPEHED). E-mail: dalvacio@gmail.com.

Introdução

Este texto visa analisar as intervenções promovidas pelos governos militares na Estrada de Ferro Central do Piauí, em 1964, visando entender como as ações repressivas do regime autoritário repercutiram sobre os ferroviários na cidade de Parnaíba (PI), no período compreendido entre 16 de abril e 6 de julho de 1964, quando o então capitão dos Portos do Piauí, Júlio Cesar de Almeida Dutra, assumiu a direção da Estrada de Ferro Central do Piauí, na condição de interventor militar. Para tanto, recorreremos aos relatos orais dos ferroviários piauienses, para entender como vivenciaram a experiência da intervenção militar na ferrovia e como isso marcou suas memórias.

Analizamos os relatos desses trabalhadores a partir das considerações de Paul Ricœur (2007) acerca das intrincadas relações de memória, história e esquecimento – particularmente, para entender o sentido de “dever de memória”, sob a modalidade de “imperativo de justiça”, que surge como devotamento ao outro, animado pelo sentimento da “dívida”, em que “o dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (Ricœur, 2007, p. 101).

A escolha desse recorte temporal justifica-se pela relevância desse período para a história política brasileira em que vigorou no país a Ditadura Civil-Militar, instaurada a partir de 1964, perdurando oficialmente até meados da década de 1980. Esse período foi fortemente marcado pela censura aos meios de comunicação, prisões, interrogatórios, torturas, dentre outros acontecimentos que deixaram marcas nas memórias dos sujeitos que tiveram essas experiências traumáticas.

As configurações constituídas nos campos político, econômico, educacional e cultural brasileiro, nesse período, são temas sobre os quais muitos pesquisadores têm construído narrativas, naquilo que foi denominado de “tempo da ditadura”. No entanto, nesse universo de narrativas, ainda cabem reflexões, cujos debates estão longe de serem esgotados, especialmente no Piauí, onde o tema está presente em expressiva produção historiográfica, no entanto, ainda há muito a ser dito sobre esse cenário histórico.

Na realização da operação historiográfica, utilizamos como fontes de pesquisa as notícias veiculadas pelo jornal *O Dia*, periódico teresinense que, em 1964, divulgou ações realizadas pelos militares no Piauí, e pelo jornal parnaibano *Folha do Litoral*, que, na década de 1980, ao publicar aspectos da biografia de um ferroviário, fez menção à intervenção militar realizada na ferrovia piauiense. Além

do uso das fontes hemerográficas e documentais, utilizamos a História Oral “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto estudado” (Alberti, 2013, p. 24).

Reconhecemos que a História Oral tem contribuído “para dar a conhecer grupos excluídos de registros escritos e inscrever no relato historiográfico vozes múltiplas e silenciadas” (Rovai, 2013, p. 111). Daí a importância do significado e relevância que as fontes orais oferecem para a produção do conhecimento histórico, pois:

A história oral tem possibilitado o registro de inúmeras narrativas, que são importantes construções da memória individual e coletiva. São diferentes sujeitos e testemunhas da história que, estimulados por historiadores e profissionais de áreas afins à história, relatam suas experiências de vida, que se convertem em documentos passíveis de crítica e análise. Em outras palavras, narrativas e testemunhos são identificados como registros relevantes que podem contribuir para um melhor embasamento da história do tempo presente. (Delgado; Ferreira, 2014, p. 9).

Ao reconhecer o tempo presente como a temporalidade contemplada por nossa pesquisa, admitimos os riscos que a envolvem, bem como as possibilidades que a enredam, como sua estreita relação com o estudo das memórias. Nesse sentido, as narrativas e testemunhos dos ferroviários foram analisados a partir do entendimento de Fernando Catroga, para quem “a escrita da história (e a leitura) da história se constrói narrativamente a partir de *traços* e de *representações* que almejam situar, na ordem do tempo, algo que se presume ter existido, mas que já não existe” (Catroga, 2009, p. 40, grifos no original).

Dentre as fontes aqui analisadas está o processo de número 349, que trata sobre o Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado na cidade de Parnaíba, após março de 1964, para apurar as acusações de práticas subversivas de líderes sindicais piauienses. Esse processo compõe o arquivo digital do Projeto *Brasil Nunca Mais* (BNM),¹ desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos 1980, sob a coordenação do reverendo Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. Arlette Farge (2017, p. 15), ao se posicionar sobre diferentes tipos de arquivos, assinala que “o arquivo manuscrito

¹ O referido processo e seu link de acesso encontram-se na lista de referências, para saber mais sobre o projeto, visite a página do BNM Digita@l. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária”.

Ao trabalhar com essa e com as outras fontes, procuramos incorporar as orientações propostas por Carlo Ginzburg ao tratar acerca do método indiciário para a pesquisa histórica e do significado dos indícios neste percurso: “Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas” (Ginzburg, 1990, p. 151).

No trabalho de escuta foram ouvidos quatro ferroviários piauienses, hoje aposentados, que contaram suas narrativas sobre os fatos testemunhados. As memórias narradas foram aqui entendidas como um trabalho envolvendo História Oral Testemunhal, no entendimento proposto por Marta Rovai, para quem:

Na América Latina, ditaduras como a brasileira poderiam, em certa medida, significar um evento traumático e se inserir na História Oral Testemunhal. A tentativa de apagar da memória os acontecimentos relacionados à Ditadura Militar no Brasil produziram uma sensação de apatia e indiferença nas novas gerações em relação às perseguições, torturas, mortes e desaparecimentos. [...] Fala-se de Ditadura Militar no Brasil como um evento, mas não exatamente das experiências dolorosas, dos efeitos físicos e psicológicos da violência sofrida. (Rovai, 2010, p. 13).

O presente texto não tem o propósito de construir uma reflexão única sobre os acontecimentos de 1964, na cidade de Parnaíba, uma vez que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato aconteceu’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (Benjamim, 2012, p. 243). Nesta pesquisa, visamos entender a forma como o acontecimento passou a ser representado pelas narrativas orais dos ferroviários que testemunharam as ações realizadas na ferrovia no período investigado.

No entanto, não é nossa intenção discutir todos os casos de prisão, represália, repressão ou coerção, aos líderes sindicais, políticos e demais piauienses, mas, especificamente do grupo formado pelos ferroviários que testemunharam as ações empreendidas pelos militares que promoveram a intervenção na ferrovia piauiense.

“Operação Limpeza” no Piauí

A partir do golpe civil-militar de março de 1964, os brasileiros passaram a viver oficialmente sob a Ditadura, que perdurou até meados da década de 1980. Durante o período que vigorou esse regime ditatorial, os brasileiros vivenciaram acontecimentos que deixaram marcas na memória dos grupos, tendo em vista que para Michel Pollak (1992, p. 204) “a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade tanto individual como coletiva”, como o formado pelos ferroviários piauienses que testemunharam a intervenção militar realizada na Estrada de Ferro Central do Piauí que na década de 1960.

Além das construções que fazem parte do espaço urbano da cidade de Parnaíba, outros elementos, como os vivenciados logo após o início do Regime Militar, fazem parte das lembranças dos ferroviários que testemunharam a chegada dos militares em seu local de trabalho, a Estrada de Ferro Central do Piauí, passando a interrogar os ferroviários, membros do sindicato, e o diretor superintendente da ferrovia, o engenheiro Diniz Alberto da Mota Solheiro.

Os acontecimentos ocorridos no Piauí, durante a Ditadura, fazem parte do que se pode classificar de um passado-presente na história política e na memória coletiva de grupos que testemunharam ações das forças militares contra aqueles que foram acusados de comunistas, subversivos ou promotores de greves, e outras formas de resistir às ações do Regime Autoritário. Eles ainda reverberam na memória coletiva desses grupos, especialmente, mas não exclusivamente, nas pequenas cidades brasileiras como Parnaíba e em outras cidades do Piauí, onde ações como interrogatórios seguidos de prisão, dentre outras formas de violações, foram realizadas pelos representantes do regime.

Conforme as pesquisas de Carlos Fico (2007), esse regime autoritário conseguiu manter seu poder por mais de uma década porque estabeleceu seus pilares de sustentação na espionagem, na polícia política, na censura e na propaganda, que se irradiaram por todo o território nacional afim de fortalecer seu poder.

No Piauí, logo após a instauração do Regime, teve início uma ação estatal denominada de “Operação Limpeza”, que começou em Teresina (PI) e se estendeu para outras cidades do estado, onde foram realizadas prisões, apreensões, cassação de mandatos de vereadores e deputados, instauração e abertura de inquéritos, com a alegação de conter a ideologia comunista e de preservar a família e a democracia brasileira. As ações que fizeram parte da “Operação Limpeza”, realizadas nas cidades piauienses, entre abril e agosto de 1964, ou parte delas, foram noticiadas por jornais de Teresina.

O jornal *O Dia* publicou na primeira página a notícia cujo título foi:

“Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí” (Desbaratando..., 1964, p.1), informando as prisões e os nomes dos presos acusados de serem comunistas. As ações dessa operação realizadas em Teresina, nos primeiros dias de abril, foram comandadas pelo coronel Francisco Mascarenhas Façanha, comandante da Guarnição Federal de Teresina, cujo alvo era formado pelo que eles denominavam pejorativamente de “comunistas, colaboradores, oportunistas”.

Em 17 de abril de 1964, o jornal *O Dia* publicou uma notícia explicando para a população o que era “A Operação Limpeza”, além de prestar contas do que já tinha sido realizado e quem seriam os alvos da referida operação:

A chamada “Operação Limpeza” já atingiu muitos nomes conhecidos, nomes de figurões de ontem que exibiam autoridades e influência publicamente, e que, agora, também publicamente carregam o letreiro vergonhoso que bem merecem e que os identifica COMUNISTAS, COLABORADORES, OPORTUNISTAS. Muitos ainda ousam chorar, talvez numa tentativa vã de comover a opinião pública. Deveriam chorar por saberem do asco que suas pessoas causam. Outros, pretendendo tirar proveito da tão decantada bondade de nosso povo, prometem nunca mais reincidir em tais erros. Quem já estudou em profundidade a mente de um comunista, bem sabe que todos são mestres na arte de mentir. Suas promessas são palavras escritas na areia, apagam-se à primeira vaga ou primeiro sopro do vento. UM COMUNISTA NÃO DEIXARÁ DE JAMAIS SÊ-LO. Esta é a verdade e, por conseguinte, há que se ter energia inquebrantável para aplicação duma justiça exemplar, sem medidas de exceção. Inconveniente e inadmissível tentar abrir a porta do precedente sob pena de não mais podermos fechá-la. O comunista, o agitador, o colaborador está e continuará sendo ouvido e tratado como tal, independentemente da cor de sua pele e condição social. E não poderia ser de outra maneira, ou o espírito da justiça estaria sendo distorcido. Esta é a conduta das Forças Armadas atualmente empenhadas numa missão de envergadura gigantesca: expurgar o comunismo de nossa terra e proporcionar condições de reorganizá-la e moralizá-la em todas as direções e sentido. [...] *Coube à população civil confiar em nossa ação e, dentro de seus ramos de atividade, iniciar uma ação paralela limpando seus setores e as suas esferas de influência. Não seria justo, convenhamos deixar toda a tarefa com os militares.* (A operação..., 1964, p. 1, grifos nossos).

O tom persecutório direcionado aos denominados “comunistas” ou a todo aquele que assim fosse classificado era divulgado sem nenhuma reserva pela matéria jornalística, que ainda difundia a demonização desse grupo, em uma campanha explícita promovida pelo veículo impresso, que não deixava dúvidas

sobre sua posição de adesão ao regime repressor que se instalara no país. Não havia pudor algum em difundir uma campanha de perseguição a todo aquele que fosse considerado como opositor do Regime entre todos os setores sociais, inclusive conclamando os civis a colaborarem com tal postura.

Além de insuflarem a população a se posicionar contra qualquer um que se opusesse à Ditadura, sob o rótulo de “comunista”, o jornal semeava entre os leitores um clima de desconfiança e ódio a qualquer um que fosse tratado como suspeito; tratava os acusados como condenados, sem qualquer direito a defesa, criminalizando-os de forma impiedosa com uma pecha que não lhes permitia o direito ao contraditório. As ameaças, ao dirigirem-se a todos, independente de etnia ou grupo social, evidenciavam o grau de coerção. Além disso, a matéria jornalística reconhece também que direcionava sua perseguição contra as autoridades ou “figurões” que fossem considerados como desafetos do Regime de exceção que se abatera no Brasil.

Intelectuais do Estado ou estatistas, experts – *intelectocratas* – existem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa. Assim, nesta separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais e orientais*, em Antonio Gramsci, na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocratas* expressa uma tradição de valores conservadores de sociedade autoritárias e repressoras baseadas, também, no poder do veto censório como forma de exprimir a sua força. (Kushnir, 2012, p. 34, grifos no original).

Era necessário criar um clima de suposta “purificação” contra os grupos tratados como inimigos do país a partir de um discurso de nacionalismo ufânico e artificial, que se sustentava no patriotismo e moralismo vazios. Entre esses, destacam-se todos aqueles considerados inimigos do governo, a quem se atribuía de maneira homogeneizadora o título de “comunistas” como se isso fosse uma pecha pelo qual deveriam ser punidos.

Os ferroviários do Piauí e as intervenções autoritárias

As ações militares realizadas em Teresina, veiculadas pelo jornal teresinense *O Dia*, estenderam-se a outras cidades do Piauí, como Parnaíba, situada no litoral, onde estava localizada a sede da Estrada de Ferro Central do Piauí, empresa federal que sofreu intervenção militar, na qual houve a prisão e o interrogatório de ferroviários, especialmente aqueles ligados ao sindicato dos ferroviários. A

ação comandada pelo capitão dos Portos do Piauí, Júlio Cesar de Almeida Dutra (juntamente com o Tiro de Guerra de Parnaíba), deixou marcas na memória dos ferroviários que testemunharam os acontecimentos, como a chegada dos militares, o fechamento da ferrovia, os interrogatórios e as prisões dos colegas de trabalho, principalmente os ferroviários que mantinham ligação com a União dos Ferroviários do Piauí, órgão sindical que mantinha ligação com a União dos Ferroviários do Brasil. No Piauí, era presidida pelo ferroviário Antônio Farias Ferreira, tendo como vice-presidente, Bernardo Luiz Caldas Veras. Ambos foram detidos em seu local de trabalho e submetidos a interrogatórios; posteriormente foi efetivada a prisão do presidente, além dos membros e líderes de outros sindicatos parnaibanos que também foram indiciados por práticas de subversão e comunismo no Inquérito Policial Militar, aberto em 1964, para apurar essas acusações e que teve como encarregado o capitão Gladstone Weyne Rodrigues.

Além dos membros da União dos Ferroviários do Piauí, o diretor superintendente da Rede Ferroviária, o engenheiro Diniz Alberto da Mota Solheiro, também foi acusado de apoiar as práticas subversivas e a ideologia comunista dentro da empresa, e também foi indiciado no mesmo inquérito que os demais parnaibanos.

Sobre as ações desenvolvidas no Brasil pelas forças armadas e pelo grupo político que deu apoio e sustentação a essas ações que cercearam as liberdades de associação e de manifestação e implantaram um clima de perseguição a trabalhadores e as suas representações profissionais, o *Almanaque de Parnaíba* (1965), que naquele momento tinha como proprietário e editor Ranulpho Torres Raposo, abriu sua 42ª edição com uma apresentação explícita de apoio ao movimento que chamou de “Revolução de 1964”, em franca adesão ao golpe que se abatera contra a sociedade brasileira, como tantos outros meios de comunicação impressa no período:

Assim, é com justo desvanecimento que abrimos esta 42ª edição, sobretudo por sua coincidência com o excepcional momento da vida brasileira. Dedicamo-la pois à 5a. nossa República, pela elevação de propósitos que a motivou: restabelecer a ordem e assegurar o progresso pelo império da Lei, que entre nós adquiriu sentido nacional, a todos impondo deveres e assegurando direitos. Ainda em fase de promoção, a Revolução de 1964, impôs-se critérios de *verdadeira brasilidade e civismo* e nós esperamos cantar-lhe a vitória plena quando mais uma vez circularmos, em 1966, felizes de ver que a *imprensa brasileira*, não apenas nós, orgulha-se da *pátria que ajudou a reconstruir*, engrandecida e glorificada. (Raposo, 1965, p. 2, grifos nossos).

Mais uma vez recorria-se a um patriotismo evasivo por meio do qual se sustentaria “uma verdadeira brasilidade” ao celebrar o que considerava como “Revolução” o golpe que solapou a democracia no país em 1964. O texto também conclama e saúda a participação da imprensa empresarial na efetivação desse projeto, como fizera em todo o percurso de convencimento da sociedade de que se vivia em um “país em euforia” (Fontineles, 2015).

Ranulpho Torres Raposo, ao reconhecer o papel da imprensa na adesão aos governos militares, recorre aos suportes ideológicos difundidos durante a derrubada do presidente João Goulart da presidência: o nacionalismo ufânico e o civismo mecânico e artificial – denominado de “cidadania figurativa” (Fico, 2007, p. 195).

Ao dar destaque ao papel da imprensa no processo de implantação do Regime Autoritário como difusor de um país próspero e em progresso, o texto do Almanaque da Parnaíba corrobora o que Beatriz Kushnir declara sobre o papel da imprensa como suporte ideológico da Ditadura no período, principalmente na difusão do otimismo em relação ao que se vivia. Sobre isso, Carlos Fico informa:

Viveu-se no Brasil uma expectativa modernizante, em grande medida amplificada pela propaganda chamativa, luxuosa (em geral encomendada), que a imprensa aprendia a praticar. A percepção de que aqueles cadernos especiais eram simplesmente comprados por governos ou empresas públicas não é tão importante quanto a compreensão de que eles causavam efetivo impacto. Milhares de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país através de revistas como a *Manchete*. E colaboravam para reinvenção do otimismo, para consolidar e re-significar a convicção que vivíamos uma época superadora do atraso. (Fico, 1997, p. 85).

Outra notícia, localizada em periódicos parnaibanos, veiculada pelo jornal *Folha do Litoral*, faz menção à ação do capitão de corveta do Piauí como interventor militar da Estrada de Ferro, nomeando um chefe de departamento e administração da empresa:

Da Casa Inglesa o jornalista Batista Leão passou a trabalhar na Estrada de Ferro Central do Piauí, onde se eclodiu o movimento revolucionário de 31 de março de 1964 após *minuciosa verificação na sua ficha funcional*, o Comandante Júlio Cesar de Almeida Dutra Capitão dos Portos do Estado do Piauí de então, que *assumiu militarmente a direção da empresa* baixou ato nomeando o Chefe do Departamento de Administração da empresa, delegando-lhe todos os poderes para *apurar irregularidades* que por ventura ali existissem. (Quem..., 1982, p. 1, grifos nossos).

A notícia intitulada “Quem é Batista Leão”, aponta elementos importantes sobre o período, tais como a censura praticada pelo governo ao receber a indicação de um ferroviário para ocupar um cargo administrativo na empresa, como foi o caso do ferroviário Bernardo Batista Leão, que, ao ser indicado para o cargo de chefia, teve sua ficha funcional verificada, para só então, após essa verificação, ser empossado. A ação de verificação da ficha funcional do servidor público federal é um indício da forma como agiam os membros do governo durante a Ditadura.

O texto reconhece a intervenção militar pela qual passou a empresa ferroviária, além de explicitar o clima de vigilância e de espionagem por que passava o Brasil, o que reverberou em diferentes esferas da vida social do país e repercutiu também em Parnaíba.

Quebrando o silêncio

Durante a realização da pesquisa, um dos primeiros ferroviários a romper o silêncio sobre a intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí, ocorrida em abril de 1964, foi Vicente de Paula Araújo Silva, conhecido em Parnaíba como “Vicente Potência”, um dos trabalhadores da ferrovia que integrava o Ferroviário Atlético Clube, agremiação esportiva dos ferroviários em Parnaíba. Ele testemunhou a chegada dos militares chefiados pelo então capitão de corveta do Piauí, acompanhado por marinheiros e soldados do Tiro de Guerra de Parnaíba.

Ao iniciar sua narrativa sobre o fato que afirma ter testemunhado, depois de uma pausa, começou informando que iria “começar pelo início” e descreveu as circunstâncias do momento vivido: “lembro-me bem porque eu estava lá nesse dia, era um dia de treino e eu entrava ao meio dia para trabalhar e saía às três horas para treinar, quando houve essa briga, uma tremenda briga, discussão... Quase que se agarraram e nesse momento dessa briga houve troca de ofensas pesadas!” (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014). O “treino” a que o ferroviário se refere é o de futebol, pois a Estrada de Ferro tinha um clube esportivo, mantido pela companhia. Ao continuar seu relato, ele declara:

Quando acalmou aquilo, eu desci, pois estava no segundo andar do prédio do escritório. Quando vou descendo, saindo do escritório, chegaram dois jipes e um carro da Capitania dos Portos, e conheci bem um rapaz que era daqui de Parnaíba, que era cabo da Marinha e junto com ele uns sargentos e um cabo mais afoito, que eu lembro, era um soldado cuja família é de Cocal. (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014).

O relato de Vicente Silva faz lembrar as orientações de Walter Benjamin a respeito do significado da narrativa, uma vez que “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 2012, p. 221). O colaborador escolheu iniciar sua narrativa pelo que considerou o “começo” dos fatos que provocaram o desentendimento entre os funcionários do escritório, local em que ia “bater o ponto”. Mesmo tendo escolhido falar sobre o desentendimento entre os funcionários, não mencionou, por escolha ou desconhecimento, sobre o que discutiam, alegou motivo de “esquecimento”; também não se recordou dos envolvidos. Outros detalhes não foram esquecidos pelo narrador, que continua sua narrativa de forma empolgada: “Quando o soldado foi lá na porta da via permanente, bateu na porta de enrolar e baixou de uma vez, foi lá para o almoxarifado mais outros marinheiros, junto deles vieram dois carros com policiais, dois jipes de praças com policiais militares, aí invadiram também lá” (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014).

O termo usado pelo ferroviário para se referir à forma como os policiais agiram, ao fechar as portas da via permanente do escritório e do almoxarifado foi “invasão” e, continua, “O capitão de corveta entrou lá e esse outro pessoal, que chegaram com ele, foram para o lado direito, e fecharam o almoxarifado. Quando eu vi aquilo ali, eu fiquei longe, onde tem aquele barzinho, eu fiquei assistindo de lá” (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014).

Depois da chegada dos militares e de fecharem as portas dos prédios como o almoxarifado, estação, armazém, escritório, quando pensou em deixar o local, o senhor Vicente Silva descreve que testemunhou uma situação que classificou de “emblemática”: “quando pensei em ir embora, entrei pela estação para atravessar pelas oficinas... Quando eu cheguei à estação, estava havendo uma tremenda humilhação: todos os funcionários, e alguns marujos e soldados com fuzil, e o pessoal todo debaixo de ordem. Sabe!! Sendo tangidos por fuzis!!! Aquilo me doeu!!” (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014).

Após descrever como estavam sendo conduzidos os ferroviários, o narrador fez uma pausa, e continuou emocionado: “Quando eu olhei de novo, vi muito bem meu pai, meu tio, que eram uns dos que vinham debaixo de armas... Inclusive, esse meu tio que era uma pessoa idosa, tio Manuel, ele adoeceu por causa disso. Não morreu, mas adoeceu! Ver meu pai e meu tio naquela situação... Aquilo me doeu!!” (Vicente de Paula Araújo Silva, 2014). Ao ver sua família “debaixo de armas”, “tangida por fuzis” entrou em desespero, mas não pode reagir. Não podia fazer nada, diante do que ele classificou como “tremenda humilhação”, e narra que deixou o local cheio de preocupação.

Ao rememorar suas lembranças sobre os fatos presenciados, o narrador imprime sua visão sobre o acontecimento e lamenta ter presenciado os fatos vividos por seus familiares e por não ter podido intervir. Os fatos testemunhados pelo ferroviário fazem parte de uma memória, que de acordo com as proposições de Michel Pollak (1983), pode ser classificada como subterrânea, que ficou por muitos anos silenciada entre os sujeitos envolvidos.

O silenciamento acerca dos fatos ocorridos com os ferroviários em seu local de trabalho durante o Regime, remete ao que Michel Pollak enunciou sobre as lembranças traumatizantes confinadas ao silêncio e transmitidas oralmente de geração em geração, em que assinala que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, 1983, p. 5).

A descrição das circunstâncias narradas, em sua primeira experiência com as intervenções militares na ferrovia, pode ser definida como uma narrativa testemunhal, relacionada ao trauma individual e coletivo. O narrador testemunhou os colegas de trabalho e membros de sua família sendo escoltados pelos policiais e marinheiros para fora da oficina e do almoxarifado para serem interrogados. Segundo ele, todos foram levados para o pátio onde ouviram o longo discurso do capitão de corveta, na companhia dos oficiais do Tiro de Guerra de Parnaíba, momento em que ele assumiu a diretoria da ferrovia, afirmando que todos lhe deviam respeito e obediência. Marta Rovai, ao refletir sobre experiência da Ditadura no Brasil e os traumas da repressão, defende que, “a narrativa testemunhal permite um novo olhar sobre nosso passado histórico, reconhecendo e assumindo nossa responsabilidade coletiva sobre as práticas violentas que aconteceram e que se perpetuam devido ao desconhecimento ou indiferença em relação a elas” (Rovai, 2013, p. 138).

Assim, a narrativa testemunhal de Vicente de Paula contribui para refletirmos sobre o sofrimento coletivo causado pelas ações do Regime, afetando a vida dele e de pessoas próximas; ações que se estenderam a toda sociedade brasileira, naquele momento, e que exigem reparação histórica. As recordações dos ferroviários piauienses sobre a intervenção na Estrada de Ferro Central do Piauí, além de expressarem sua experiência, seus anseios e o empenho de amigos no combate à ditadura, revelam suas angústias, dores e ressentimentos (Bresciani; Naxara, 2001).

Referência dessa memória coletiva é Antônio Farias Ferreira, presidente da União dos Ferroviários do Piauí, líder sindical engajado na luta por melhores condições de trabalho na ferrovia piauiense. Outra referência é o ferroviário José de Arimathéa Mesquita, que trabalhava nas oficinas da Central do Piauí, estava no serviço quando foi surpreendido pela presença de soldados e oficiais da Marinha,

e também guardou recordações do dia da intervenção militar e das experiências vividas em Parnaíba:

Em 1964 quando teve a *revolução*, a estrada de ferro foi ocupada pelo Capitão dos Portos Júlio Cesar, no dia da ocupação eu estava nas oficinas. Se o espírito não me engana, nós estávamos merendando quando chegou um sargento da capitania, com mais dois sargentos, todos com fuzil na mão. O sargento da capitania era meu amigo. Quando ele não estava na ativa, eu não bebia, mas o acompanhava dirigindo o carro. Quando ele chegou disse: ‘Todo mundo em fila indiana e se encostando na parede’. Eu respondi a ele, dizendo uma brincadeira, eu não sabia o que estava acontecendo. Ele disse: ‘Rapaz, nós somos muito amigos, mas me obedece pelo amor de Deus que o *Capitão dos Portos tomou conta da estrada*’. E viemos todos para fora da oficina escutar as ordens do Capitão. Ordens duras como o diabo!! Depois disso eu trabalhei com ele uns meses. Ele ficou mandando na estrada. (José de Arimathéa Mesquita, 2014, grifos nossos).

O narrador usa o termo “revolução” para se referir ao golpe civil-militar de 1964, resultado da narrativa criada pelos militares e os apoiadores para justificar seus atos e criar um clima de “euforia” artificial na sociedade do período, como destaca a pesquisadora Cláudia Fontineles (2015). Muitas vezes, os narradores expressam uma “memória herdada”, como afirmou Michael Pollak (1989), que se revela no vocabulário e nos conceitos introjetados de forma não questionada e considerada a-histórica. É o caso da palavra “revolução”, mesmo quando eles se posicionam para denunciar o golpe, como quando o ferroviário reconhece que houve intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí. Ao ser questionado sobre as prisões dos ferroviários, a prisão do ferroviário Antônio Farias faz parte das lembranças de José Mesquita e considerada por ele como injusta e arbitrária:

Sobre os presos!? Já faz muito tempo... Mas eu me lembro que teve sim prisão de ferroviários, e um dos que eu posso lhe dizer que foi preso mesmo foi o Farias. O nome dele, na verdade era Antônio Farias Ferreira, um homem bom e justo, foi quem preparou a Cooperativa da Estrada de Ferro. Ele era muito perseguido, mas ele era muito correto!! Ele era muito correto!! Ele foi presidente da União dos Ferroviários aqui em Parnaíba. Começaram a *perseguir, perseguir, perseguir*, quando o Capitão dos Portos entrou, o prenderam. Ele foi *preso, humilhado*, desceu para penitenciária. Aí!! Depois de tudo isso, fizeram um levantamento da vida do rapaz, fizeram um balanço da Cooperativa, estava tudo intacto, direitinho. [...] *Diziam que ele era comunista* e eu dizia assim para ele: ‘rapaz, se todo comunista for da

tua marca é muito bom!!'. Porque ele era homem sério, trabalhador, não tinha quem tivesse queixa dele. (José de Arimathéa Mesquita, 2014, grifos nossos.)

Antônio Farias é descrito pelo narrador como um homem “sério, honesto e trabalhador”, que esclarece que sua prisão ocorreu porque o denunciaram, no momento da prisão, de ser comunista. Isso se assemelha ao que ocorreu Brasil afora nas perseguições prévias feitas a todo e qualquer que questionasse o Regime em vigência no país. Assim como enunciava o jornal *O Dia* na matéria já discutida, qualquer um que fosse denominado de “comunista” passava a ser perseguido como um ser inferior ou um criminoso a ser punido, tudo estabelecido como natural e sem direito à defesa e ao contraditório, na evidente violência contra os direitos civis e contra a liberdade de manifestação política. Ser preso por subversão era uma grande humilhação; ficava-se marcado para a sociedade, carregando para sempre a marca da prisão perante os colegas. A prisão era motivo de humilhação, mexia com a moral dos trabalhadores.

Após ser libertado, José Mesquita, embora tenha informado que Antônio Farias retornou para a Estrada de Ferro, ressalta que ele foi mantido sob constante vigilância pelo Capitão dos Portos, passando também a responder ao IPM aberto em Parnaíba para apurar as acusações que pesaram sobre ele:

Quando ele voltou para o trabalho, o Capitão me chamou e disse: ‘O senhor vai receber esse cidadão aqui e bote ele para trabalhar, se ele não trabalhar, você vai trabalhar no lugar dele’. A perseguição era com o Farias, por envenenamento dos invejosos que tinha lá. Então, quando ele saiu, eu disse assim: ‘Farias, tu está vendo aquele cantinho lá e você fica escondido ali, leia seus livros que tem por aí, quando o Capitão dos Portos descer lá, geralmente ele ia duas ou três vezes na oficina. Quando ele ia lá, que eu via ele se aproximando, eu dizia: ‘Farias desmonta alguma coisa aí, mela tuas mãos de graxa para ele pensar que tu está trabalhando’. Eu fazia isso porque ele tinha idade de ser meu pai e eu achava muita humilhação o que estava sendo feito com ele. O Farias montou a Cooperativa e organizou-a todinha, vendia até lambreta. O Farias foi preso no arsenal. O meu sogro também foi preso, preso, não, detido, mas não foi como o Farias, ele foi preso mesmo e depois ele voltou para o trabalho, ele conversava muito comigo e se lamentava e dizia que lá era ruim demais!! Ele ficou preso mais ou menos uns quinze dias. (José de Arimathéa Mesquita, 2014).

O relato evidencia um clima de “envenenamento” da biografia dos suspeitos, em flagrante denúncia do clima de vigilância e intrigas existente no seio da Estrada

de Ferro. Depois de ouvir a narrativa de José Mesquita sobre a prisão do Antônio Farias Ferreira e suas acusações, foi perguntado ao entrevistado o que o presidente da União dos Ferroviários do Piauí havia realizado para que fosse apontado como comunista em Parnaíba, ao que ele prontamente respondeu:

Pegando o exemplo do Farias, era o sujeito ser trabalhador, honesto, cumpridor de seus deveres, eu acho que o que fazia as pessoas serem apontadas como comunistas. *O que é ser comunista?* O comunismo é daquele jeito? Era isso!! Eu não quero nem saber!! Eu sei que o Farias toda vida foi metido com política, foi na época que caçaram o João Goulart e fizeram o diabo com ele. O grupo que era apontado como comunista só conversava com gente. Se o comunismo era aquilo ali! Era muito bom, porque era todo mundo amigo. Ah! Lembrei-me de uma coisa. Tinha também o Cláudio, cabeça de cobra, ele era maquinista e também era metido a comunista e andou sendo apertado pelos homens. (José de Arimathéa Mesquita, 2014, grifos nossos).

A pesquisadora Marylu Oliveira, ao fazer uma análise dos jornais teresinenses que circulavam no Piauí no período de 1959 a 1969, afirma que os motivos que levavam uma pessoa a ser apontada como comunista podiam ser muitos, e assinala que “[...] nem sempre a expressão comunista era utilizada para designar pessoas que admiravam as obras marxistas, ou mesmo indivíduos que estavam no Brasil a serviço da URSS”. E prossegue: “O fato de fazer parte de uma organização popular ou o fato de reivindicar melhorias para o espaço urbano da cidade, era motivo para ser taxado de comunista” (Oliveira, 2007, p. 27).

Antônio Farias Ferreira, assim como outros ferroviários piauienses que mantinham relações com a União dos Ferroviários do Piauí, respondeu ao IPM, aberto em maio de 1964, onde pesou sobre ele as acusações de "ideologia comunista" e crime de "subversão da ordem política e social", conforme o documento intitulado: “Termo de Perguntas ao Indiciado”, produzido a partir do interrogatório que compôs o inquérito a que respondeu em 1964:

Aos seis dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Parnaíba, na sede do Tiro de Guerra número duzentos, presente o Capitão – GLADSTONE WEINE RODRIGUES, encarregado deste inquérito, comigo – 3º Sargento RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, servindo de escrivão, compareceu ANTONIO FARIAS FERREIRA a fim de ser interrogado pelo fato de ser acusado de ter ideologias comunistas e pelo crime de Subversão da Ordem Política e Social [...] (Inquérito, 1964, p. 70, grifos no original).

Além da apresentação inicial, o “Termo de Perguntas ao Indiciado” apresenta o interrogatório a que foi submetido o ferroviário Antônio Farias Ferreira, em maio de 1964, ou seja, um mês após a intervenção militar realizada na Estrada de Ferro Central do Piauí, que resultou em sua prisão.

Perguntado se existia na Estrada de Ferro uma Entidade Classista filiada à Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, respondeu que existia a Associação dos Ferroviários do Piauí e, ultimamente, fundada em outubro de 1963, a União dos Ferroviários do Piauí, da qual o depoente foi aclamado Presidente. Perguntado qual a orientação dada pelo Sr. RAPHAEL MARTINELLE, respondeu que recebia Boletins Circulares sobre salário mínimo, tabela única, reinvidicação da classe, etc. Perguntado se o sétimo (7º) Congresso dos Trabalhadores Ferroviários do Brasil, entre 18 e 21 de janeiro deste ano, foi realizado sob os auspícios da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Ferroviários e do líder RAPHAEL MARTINELLE, respondeu que sim e foi custeado pela Rede Ferroviária Federal. O depoente declarou que o Dr. ALBERTO SOLHEIROS, então Superintendente da Estrada de Ferro Central do Piauí, constituiu uma Comissão que deveria comparecer ao referido Congresso, cujos membros eram os seguintes: Antônio Farias Ferreira, como Presidente, Bernardo Luiz Caldas Veras, como Vice-presidente e Liduíno da Costa Lira, como membros, tendo sido fornecidos importância para as passagens e diárias, tendo declarado ainda que frequentaram poucas sessões plenárias, em virtude de não estar se tratando de assuntos genuinamente Ferroviários, e que não compareceram ao chamado de encerramento, o que não impressionou o Superintendente Dr. Alberto Solheiros. Perguntado se conheceu algum dos temas desenvolvidos no aludido Congresso, respondeu que sim, tratavam de Reformas Agrária, Bancária e Criação de Estatuto Único de todos os ferroviários. (Inquérito, 1964, p. 71, grifos no original).

A partir dos argumentos de Arlette Farge, para quem, “por trás das palavras expostas nos autos, pode-se ler a maneira como cada um procura se posicionar diante de um poder coercitivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades” (Farge, 2017, p. 35), podemos analisar que o interrogatório versou basicamente sobre as atividades desenvolvidas por Antônio Farias à frente da presidência da União dos Ferroviários do Piauí e sobre o envolvimento da entidade nos eventos nacionais que reunia trabalhadores de diferentes áreas, como o congresso realizado em Recife (PE), entre os dias 18 a 21 de janeiro de 1964. Nesse evento,

compareceu uma comitiva formada pelos ferroviários, que contou com o apoio do superintendente, o engenheiro Alberto Solheiros, com auxílio financeiro, como consta nas respostas dadas por Antônio Farias. Ao confirmar sua participação no congresso, como líder sindical representando os piauienses, esclareceu que seu interesse era exclusivamente relacionado aos temas relacionados à classe dos ferroviários.

As relações existentes entre a União dos Ferroviários do Piauí e a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários ocorriam por meio do recebimento de boletins com informações sobre os vencimentos e as lutas travadas pelos ferroviários em prol de reajustes salariais, no entanto, Antônio Farias também foi questionado sobre uma greve que teria acontecido na Estrada de Ferro Central do Piauí, em abril de 1964:

Perguntado por que foi deflagrada uma Greve na Estrada de Ferro Central do Piauí, no dia 02 do mês passado, respondeu que não foi uma greve, e sim uma ordem do Superintendente Solheiros, tendo em vista a situação em que se encontrava o país, e conseqüentemente a agitação dos ferroviários, contudo, por intermédio do depoente e de outras pessoas, tais como Bernardo Luiz Caldas Veras e Liduíno da Costa Lira, só ficaram parados as oficinas e o escritório; o depoente declarou ainda que no dia imediato, mais ou menos às oito (8) horas da manhã, foi procurado pelo Sr. Bernardo que sugeriu ao Superintendente, através do Senhor Bernardo Luiz Caldas Veras, que fizesse retornar as atividades normais, todos os Ferroviários, pois o Presidente já tinha sido deposto, a exemplo dos Ferroviários do Ceará, tudo voltasse ao normal, tendo assistido essa conversa o Sr. Caio Passos. (Inquérito, 1964, p. 71).

O depoimento do líder sindical piauiense aponta indícios da existência de relações e troca de informações existentes entre os ferroviários piauienses e os cearenses, com isso os sindicalistas estavam atentos aos últimos acontecimentos políticos no país, como a deposição do presidente da República João Goulart. Por isso, em seu interrogatório, além de responder às questões relativas às práticas exercidas no sindicato, tratou de questões políticas sobre o engenheiro e superintendente Alberto Solheiros e os políticos locais: “Perguntado qual a orientação político partidária do Superintendente da Estrada e por indicação de qual político foi nomeado para o referido cargo”, ele não se furtou e respondeu: “que a orientação político-partidária era do PTB e foi ele nomeado pela indicação e influência do Deputado Chagas Rodrigues. Perguntado se existia algum vínculo entre o Superintendente da Estrada e o líder RAPHAEL MARTINELLI,

respondeu que sim” (Inquérito, 1964, p. 71, grifos no original).

Acontecimentos como a paralisação das atividades dentro da ferrovia, a participação do presidente da União dos Ferroviários do Piauí, juntamente com outros ferroviários, no congresso realizado em Recife com o apoio do superintendente não foram mencionadas pelos entrevistados durante a pesquisa, por desconhecerem as ações do líder sindical dos ferroviários, ou por temerem relatar fatos que levaram os envolvidos a responder a um inquérito policial. É preciso ir além do que informa o documento escrito e seguir as orientações de Carlo Ginzburg sobre a atuação criteriosa que o historiador deve ter ao desenvolver as pesquisas com inquéritos em suas pesquisas: *“Eu não queria detectar uma falsificação, mas sim mostrar que os objetos que estão fora do texto, abrigam-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”, ou seja, existe conteúdo fora do texto*” (Ginzburg, 2002, p. 40-41).

Nesse sentido, é preciso entender por que José Mesquita, ao narrar o que lembrava sobre os acusados de um suposto envolvimento com subversão e comunismo na Estrada de Ferro Central do Piauí, além de citar o nome do presidente da União dos Ferroviários do Piauí, menciona também o nome do maquinista Cláudio Ferreira de Sousa, atualmente aposentado, mas que ainda representa os ferroviários numa ação judicial em processo contra as perdas salariais que a categoria teve ao longo dos anos, embora este não tenha tido seu nome arrolado no Inquérito Policial Militar aberto em Parnaíba.

Cláudio Ferreira de Sousa, por sua vez, recorda o mesmo acontecimento que seus colegas de trabalho. Depois de informado sobre os objetivos da entrevista, aceitou prontamente, mas antes de iniciar seu relato, perguntou o que os outros colegas tinham contado. Avaliamos que diante dessa pergunta demonstrou insegurança em falar sobre sua experiência com a intervenção militar na Estrada de Ferro, o que indica forte receio em tratar do episódio, mesmo decorridos tantos anos. Depois de um momento, iniciou seu relato pela existência do sindicato dos ferroviários no Piauí, dando destaque ao clima de terror e de ameaça ao qual foi submetido durante uma viagem que fazia de regresso à Parnaíba, no período da intervenção que a Estrada de Ferro sofrera:

Aqui também tinha sindicato, era um intercâmbio de todo sindicato, a sede central era no Rio de Janeiro. Aqui eu me lembro de um presidente, se chamava Antônio. Naquela época quem era sindicalista, como eu e os outros, éramos tidos como comunistas. Eu cheguei à presidência do sindicato, mas eu não fui tido como comunista. Na época da Revolução eu sofri nessa parte. No dia que aconteceu a *invasão da estrada de ferro aqui em Parnaíba*, pelo Capitão dos Portos, eu já era maquinista e estava viajando.

Vinha trazendo um trem de horário, quando eu cheguei à cidade de Altos, já soube da notícia, fiquei sabendo através do próprio agente. Quando eu cheguei, que parei na estação para prestar contas do pedaço da viagem de Teresina a Altos, ele me chamou e disse: 'Rapaz, se eu fosse você deixava esse trem aqui e corria'. Eu perguntei: 'Por que, rapaz?'... E ele respondeu: 'Em Parnaíba está todo mundo preso, vocês lá desse sindicato de vocês'. Não era todo mundo que aceitava o Sindicato, tinha muitos que não aceitavam o Sindicato, e acho graça que aqueles que não aceitavam hoje estão aceitando. E eu disse 'Rapaz, é o seguinte: se for para me prender, ele me prende aqui dentro, eu não saio não'. Quando eu cheguei em Capitão de Campos, a mesma história. Eu disse: 'Rapaz, eles podem fazer o que quiserem, eu não abandono não, a responsabilidade aqui é minha e eu vou chegar lá dentro da Parnaíba com ela'. Agora, se lá eles me prenderem aí é outra coisa. Agora eu tenho certeza de uma coisa: prender eles podem prender, agora matar é difícil'. Realmente, quando eu cheguei aqui, parei a máquina, já entrou para dentro dela um sargento da Marinha e um cabo da polícia, com um livro na mão procurando e disse: 'Seu nome?', Eu respondi: 'Cláudio Ferreira de Sousa'. Eles abriram o livro umas duas vezes e olharam-se de um para o outro e um deles disse: 'Rapaz o nome dele não consta aqui não'. (Cláudio Ferreira de Sousa, 2014, grifos nossos).

A narrativa testemunhal do ferroviário Cláudio Sousa é permeada de elementos importantes para compreender o acontecimento. O uso que o entrevistado faz do termo “invasão” para definir a ação do Capitão dos Portos do Piauí, juntamente com a polícia militar de Parnaíba na Estrada de Ferro, denota sua indignação quanto à ação efetivada, embora denomine o controle político do país pelos militares de “Revolução”, o que indica, mesmo entre as pessoas que sentiram as ações do autoritarismo implantado no país a partir de então, a repercussão da força que essa expressão teve no meio social. Em seguida, menciona a existência do sindicato e ressalta que nem todos os ferroviários participavam, indicando uma crítica sutil a essa não participação.

Preferiu não mencionar os nomes de colegas sindicalistas que foram presos ou interrogados, preferindo falar apenas de si. Ao mencionar o nome do presidente da União dos Ferroviários do Piauí, disse que era apenas Antônio, omitindo seu sobrenome, como se tentasse poupar o colega de alguma perseguição no presente, o que indica que as ameaças que essas pessoas sofreram não se restringiram ao tempo do evento, mas mesmo no ano de 2014 – considerado um tempo em que a democracia havia se fortalecido no cenário brasileiro – os riscos e ameaças ainda reverberam durante uma entrevista oral para uma pesquisa acadêmica. Outro

elemento importante que aparece na narrativa do ferroviário é a menção a uma lista consultada pelos militares onde não constava seu nome.

Todos esses elementos levam a crer que dentre os ferroviários piauienses, especialmente os parnaibanos, existia uma divisão: aqueles filiados ao sindicato e os que não faziam parte da instituição. Na lista mencionada por Cláudio Sousa constava os nomes dos ferroviários que seriam interrogados, tendo como alvo, aqueles com ligação direta ao sindicato, como na qualidade de presidente, vice-presidente e/ou outros cargos, como suplente fiscal, esse ocupado pelo ferroviário José Caldas de Carvalho, que também foi acusado de ideologia comunista e crime de subversão da ordem política e social.

O relato do ferroviário, especialmente a parte em que menciona os acontecimentos envolvendo os interrogatórios, foi entrecortado por silêncios que demonstravam certa insegurança ou desconfiança. Sobre esses silêncios narrativos, Rovai (2013 afirma que as narrativas – mesmo quando entrecortadas de silêncios, lacunas e contradições – permitem conhecer a diversidade de ações violentas sofridas. Para a autora, “A dor física e psicológica, o medo e o ressentimento se fazem presentes nas experiências de pessoas perseguidas pela ditadura civil-militar, independente de terem pegado em armas ou não” (Rovai, 2013, p. 138).

O nome de Cláudio Sousa não estava na lista de ferroviários que deveriam ser interrogados, por esse motivo foi liberado pelos policiais. Porém, relata que ao chegar à sua residência, depois do serviço, teve uma surpresa desagradável: “Quando eu cheguei em casa, minha mulher estava agoniada e disse que os policiais foram na minha casa e botaram tudo abaixo, procurando documentos comunistas. Mas só encontraram documentos do sindicato e os documentos pessoais” (Cláudio Ferreira de Sousa, 2014). Relatos como este revelam o quanto são profundas as marcas na história e na memória dos ferroviários, pois expressam um período marcado pelo medo, pela repressão na ferrovia, em que, durante o tempo em que o Capitão dos Portos esteve como interventor, “tinha que se falar baixinho lá dentro, manter o silêncio, depois disso” (José de Arimathea Mesquita, 2014).

O superintendente da ferrovia piauiense, Luiz Alberto da Motta Solheiro, assim como os líderes do movimento sindical dos ferroviários, também respondeu ao IPM aberto em 1964, em Parnaíba. No entanto, ao contrário dos outros acusados, o engenheiro foi interrogado em Fortaleza (CE), cidade onde se refugiou ao saber das prisões que estavam acontecendo em Parnaíba, conforme o “Termo de Perguntas ao Indicado”:

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e quatro nesta cidade de Fortaleza, no quartel de Centro de Operações de Oficiais da Reserva, presente o Major IDALECIO NOGUEIRA DIOGENES, encarregado deste inquérito, comigo MANOEL ANASTÁCIO MAIA,

Segundo Sargento e servindo de escrivão, compareceu o Engenheiro LUIZ ALBERTO DA MOTTA SOLHEIRO, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes da deprecata anexa que foi lida. (Inquérito, 1964, p. 98, grifos no original).

O ferroviário Geraldo Graças Alves, atualmente aposentado, começou a trabalhar em 1969, como conservador de linha, por intermédio de seu pai que trabalhava na ferrovia no município de Bom Princípio (PI), local onde moravam. Em 1964, na condição de estudante do ensino secundário, em Parnaíba, testemunhou ações dos militares na ferrovia piauiense. Ao ser questionado sobre suas lembranças a respeito da intervenção na ferrovia, declarou:

Eu estudava em Parnaíba e ia para Bom Princípio nesse dia. O que eu guardo da lembrança nesse dia é que não foi muito bom para os ferroviários, não! Eles invadiram a ferrovia e pegaram os ferroviários, aqueles que eles diziam que eram comunistas e jogaram no paredão e fizeram de tudo. Na época tinha o trem suburbano de Parnaíba a Cocal, com três vagões de passageiros e dois vagões de cargas. Nesse dia o trem saiu da estação cheio de soldado todos armados. O trem só partiu com autorização do Capitão dos Portos, mas cheio de policiais. O trem foi escoltado de Parnaíba até Cocal. (Geraldo Graças Alves, 2014).

Ao se recordar sobre a viagem realizada nesse dia, Geraldo Alves evidencia o quadro de tensão que se abateu sobre todos naquele dia e diz que: “Foi uma viagem tensa, eu não gostei!” E continua a narrativa avaliando: “Ali ninguém era marginal, ninguém era bandido pra viajar escoltado daquele jeito. Antes de embarcar todos foram revistados. No dia prenderam vários ferroviários” (Geraldo Graças Alves, 2014). Ao mencionar a quantidade de policiais no local, diz: “Eram tantos soldados que eu não sei de onde saiu tanta polícia naquele dia. Eram os soldados do Tiro de Guerra e da Marinha. Eles invadiram escritórios, a oficina, todos os setores foram invadidos e fechados” (Geraldo Graças Alves, 2014).

Fica notória a exposição pública a que foram submetidos os ferroviários e o que aquela presença maciça de forças militares representava para aqueles trabalhadores naquele momento, sobretudo no temor que isso podia lhes causar e às suas famílias.

Geraldo Alves fazia o curso ginásial no Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, viajava de Bom Princípio para Parnaíba segunda-feira e retornava na sexta-feira. De acordo com suas recordações, o dia em que os militares fizeram a intervenção na ferrovia foi uma sexta-feira, quando ele estava retornando para sua residência, em Bom Princípio:

Quando eu cheguei em casa, todos já sabiam do acontecido. Meu pai era ferroviário e na estação de Bom Princípio já sabiam também por meio de comunicação existente entre as estações. Todos ficaram tensos, esperando os passageiros. Aquele pessoal que esperava o trem para vender cafezinho, tapioca, também já sabia, e estavam igualmente tensos. Quando o trem chegou, eu desci, eu morava na Vila dos Ferroviários, e peguei minha mochila e fui pra casa. Lá eles desengataram a máquina e abasteceram com água e seguiram viagem para Cocal. (Geraldo Graças Alves, 2014).

Ao ser questionado sobre os rumores na escola na semana seguinte, ou até mesmo na cidade, Geraldo respondeu: “Na semana seguinte, quando eu cheguei, ninguém falava nada sobre o acontecido. Um silêncio total sobre o assunto. Parece que não tinha acontecido nada daquilo” (Geraldo Graças Alves, 2014).

E foi como se não tivesse acontecido nada que a intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí, que culminou com a prisão e abertura de inquérito contra ferroviários, permaneceu um tema pouco tratado, ficando por muito tempo silenciado, mesmo por sujeitos que testemunharam o acontecimento e tiveram seu cotidiano de trabalho e sua vida alterados pelas ações do regime militar.

Considerações finais

Ao realizar o trabalho de escuta das narrativas dos ferroviários parnaibanos e perceber a forma como representaram a intervenção militar na Estrada de Ferro Central do Piauí, ocorrida na década de 1960, avaliamos ter sido um acontecimento traumático que causou dores, angústias e medos que reverberaram até o presente. Analisar as atuações da intervenção militar em uma pequena cidade de um estado nordestino evidencia como as ações repressivas do regime autoritário se estenderam por todo país, desde os grandes centros urbanos até regiões consideradas mais periféricas no centro de poder político. O caso analisado neste artigo evidencia como essa intervenção afetou o cotidiano de trabalhadores ferroviários e repercutiu em seus ofícios e em suas vidas. Isso também põe em relevo a força da violência sobre os trabalhadores, em especial os ferroviários, que se ressentem das perdas trabalhistas e morais que sofreram desde então e dos receios que a conduta repressora implicou em suas vidas.

O trabalho com a História Oral permitiu conhecer como esses trabalhadores representam as suas experiências sobre essas intervenções no cenário cotidiano de sua profissão. Possibilitou perceber como cada um externaliza a maneira como

testemunhou as prisões, as humilhações e os interrogatórios ocorridos na cidade de Parnaíba durante o Regime Militar, o que contribuiu para evidenciar a relevância de estudos sobre os eventos históricos ocorridos durante os governos de exceção em nosso país e sobre as reverberações disso na história brasileira.

Por esse motivo, defendemos que esse passado deva ser estudado e devam ser conhecidas as suas expressões e seu significado para nossa história, pois pesquisar sobre esse tema é estudar sobre condutas de violência que provocaram várias fissuras em nossa sociedade, carecendo de ser reparadas historicamente; um desses reparos inicia-se com os combates aos silenciamentos, que promovem impunidades e podem estimular práticas equivalentes em dias hodiernos.

Nesta pesquisa, a História Oral foi aliada indispensável para que mantivéssemos o contato com diferentes perspectivas desse evento, permitindo ir muito além do que as fontes escritas informavam, sobretudo porque possibilitou que sentimentos fossem ativados; que silêncios históricos fossem rompidos e que uma face da história de nossa gente pudesse se manifestar e gerar as advertências que só a história é capaz de produzir. Que o presente consiga escutar e entender tais advertências do passado!

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Tudo leme a bordo - marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da rebelião de 1964 à anistia*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, RJ, 2010.

AMADO, Janaína; FERREIA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

A OPERAÇÃO Limpeza, *O Dia*, Teresina, n. 1213, p. 1, 17 abr. 1964.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DANTAS, Deoclécio. *Marcas da Ditadura no Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2008.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. O golpe de 1964 e a repressão aos sindicatos e lideranças trabalhistas em Parnaíba-PI. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 18., 2018, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2018.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele; FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O futebol em Parnaíba: história e memória do Ferroviário Atlético Clube no Piauí. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho; CRUZ, Marcelo Silva. (Org.) *Oficina de Clio: História, Cidades e Linguagens*. Teresina: EDUFPI, 2016.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. *Entre trilhos e dormentes: a Estrada de Ferro Central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980)*. Teresina: EDUFPI, 2017.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. *1968 em disputa: o ano que inventou o movimento estudantil brasileiro*. Parnaíba: Sieart, 2013

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DESBARATADO o partido comunista. O Dia, Teresina, n. 1209, p. 1, 5 abr. 1964

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Imagens sob suspeita: censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 167-205. (Coleção Brasil Republicano, v. 4).

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Um espectro ronda Parnaíba, “terra livre das atividades subversivas de comunização do Brasil” (1960-1980). *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 56, p. 62-80, jul./dez. 2014.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Laurent Léon Schaffpter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INQUÉRITO Policial Militar. Brasil Nunca Mais Digit@l. BNM n.º 301-400. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_04>. Acesso em: 17 de abr. 2020.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDEIROS, Antônio José. *1968: uma geração contra a Ditadura*. Teresina: Quimera Editora, 2014.

OLIVEIRA, Marylu. *Contra a foice e o martelo: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969 - uma análise a partir do jornal “O Dia”*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

_____. Esteja preso, comunista! Breves considerações sobre práticas anticomunistas no pós-golpe civil-militar de 1964 no Piauí. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano V, n. 10, p. 109-132, dez. 2014.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUEM é Batista Leão. *Folha do Litoral*, Parnaíba, ano XXIV, n. 1963, p. 1, quarta-feira, 25 ago. 1982.

RAPOSO, Ranulpho Torres (Org.). *Almanaque da Paraíba*. 42. ed. Fortaleza: Oficinas do Almanaque da Paraíba, 1965.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

_____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REGO, Ana Regina; EUGÊNIO, João Kenedy (Org.). *Regimes ditatoriais: comunicação, cultura e memórias*. Teresina: EDUFPI, 2016.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (v. 2).

RICCEUR, Paul. *A Memória, a História e o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino*: Osasco, 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

_____. A pedra que arde. O direito à memória contra a sedução do esquecimento. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, n. 23, p. 11-17, jul./dez. 2010.

_____. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 129-148, jul./dez. 2013.

_____. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108-132, ago. 2013.

Fontes orais

ALVES, Geraldo Graças [71 anos]. [nov. 2014]. Entrevistadora: Maria Dalva Fontenele Cerqueira. Paraíba, PI, 5 nov. 2014.

MESQUITA, José de Arimathéa [85 anos]. [out. 2014]. Entrevistadora: Maria Dalva Fontenele Cerqueira. Paraíba, PI, 21 out. 2014.

SILVA, Vicente de Paula Araújo [77 anos]. [abr. 2014]. Entrevistadora: Maria Dalva Fontenele Cerqueira. Parnaíba, PI, 9 abr. 2014.

SOUSA, Cláudio Ferreira de [97 anos]. [out. 2014]. Entrevistadora: Maria Dalva Fontenele Cerqueira. Parnaíba, PI, 13 out. 2014.

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar as intervenções promovidas pelos governos militares na Estrada de Ferro Central do Piauí, em 1964, visando entender como as ações repressivas do regime autoritário repercutiram sobre os ferroviários na cidade de Parnaíba (PI). Para tanto, recorremos a fontes hemerográficas, documentais (inquérito policial) e aos relatos orais dos ferroviários piauienses, para entender como vivenciaram a experiência da intervenção militar na ferrovia e como isso marcou suas memórias. Utilizamos a metodologia da História Oral, com a realização de entrevistas com ex-ferroviários que atuaram na ferrovia durante o período estudado. Mantivemos interlocução com os estudos de Delgado (2014), Rovai (2010, 2013), Ferreira; Gomes (2014), Bresciani; Naxara (2001), Fontineles (2015), Farge (2017), Ginzburg (1990), Benjamin (2012).

Palavras-chave: História Oral. Memória coletiva. Ditadura Civil-Militar. Ferroviários.

Breaking the silence: oral narratives about the military intervention in the Central Railway of Piauí (1964)

Abstract: This text aims to analyze the interventions promoted by the military governments in the Central Railway of Piauí, in 1964, aiming to understand how the repressive actions of the authoritarian regime had repercussions on the railroad workers in the city of Parnaíba (PI). To do so, we used hemerographic and documentary sources (police inquiry) and the oral reports of the Piauí railroad workers, to understand how they experienced the experience of military intervention on the railway and how it marked their memories. We used the methodology of Oral History, conducting interviews with ex-railroad workers who worked on the railway during the period studied. We maintained a dialogue with the studies of Delgado (2014), Rovai (2010, 2013, 2014), Ferreira; Gomes (2014), Bresciani; Naxara (2001), Fontineles (2015), Farge (2017), Ginzburg (1990, 2012), Benjamin (2012).

Keywords: Oral History. Collective memory. Civil-Military Dictatorship. Railroad workers.

Recebido em 31/08/2020

Aprovado em 07/10/2020